

XIV Conferência Nacional da Democracia Socialista.

Resolução Política

Construir a vitória sobre a extrema direita. Por um Brasil democrático antineoliberal!

Introdução

- 1.** As eleições de 2026 definirão o futuro do Brasil a partir de uma disputa ainda de resultados indeterminados em seus resultados entre a continuidade e aprofundamento do governo Lula versus a extrema direita neoliberal, centralmente organizada em torno do bolsonarismo.
- 2.** Esta disputa aparece inserida em uma conjuntura internacional qualitativamente nova, de aprofundamento da crise da ordem mundial neoliberal, marcada pela atuação do governo Trump, sua dinâmica de guerras e, em particular, suas intervenções neocolonialistas, inclusive bélicas, sobre a América Latina um novo padrão de intervenções na América Latina. É razoável prever que, além das formas digitais de intervenção nas eleições, com apoio das grandes empresas de tecnologia da informação e de inteligência artificial, o governo Trump buscará ter um papel ativo na disputa presidencial. Isso pode ocorrer por diferentes vias: por meio novas sanções e vantagens econômicas oferecidas à extrema direita (como no caso argentino recente); pela adoção de uma retórica que classifique o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas, para justificar intervenções bélicas no país; pela intensificação de intervenções militares desestabilizadoras na América Latina, ou no limite, apoiando iniciativas internas de contestação dos resultados eleitorais.
- 3.** Em um contexto de aumento massivo de impopularidade nos EUA e de forte rejeição internacional à liderança de Trump, inclusive no Brasil, o tema da soberania nacional assume centralidade ainda maior. Nesse cenário, torna-se decisiva a denúncia do caráter antinacional do bolsonarismo.

4. Identificou-se uma nova conjuntura favorável à vitória sobre a extrema direita neoliberal a partir de meados de 2025, que combinava a vitória da democracia com a condenação dos golpistas, a defesa da soberania nacional, a concentração do governo em medidas favoráveis aos trabalhadores e à justiça social, combinada com uma delimitação pública do chamado “Centrão” e a ativação da mobilização popular.
5. A vitória nas eleições de 2026 passava, então, por aprofundar esta dinâmica e defender um programa de superação do neoliberalismo, a partir de uma reforma do sistema político, dando ênfase à democracia participativa, a construção de uma macroeconomia voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda e sustentabilidade climática e a defesa de um novo patamar de direitos públicos dos trabalhadores, das mulheres e dos submetidos à opressão racista e homofóbica. Este programa de transição para um futuro de um Brasil pós-neoliberal deve nuclear uma ampla frente democrática, claramente majoritária, isolando e derrotando a extrema direita neoliberal.
6. Com centro na afirmação competitiva da candidatura de Flávio Bolsonaro à presidência, houve nos últimos quatro meses uma série de iniciativas que reposicionaram o bolsonarismo na conjuntura em sua capacidade de disputar as agendas que organizam as eleições.
7. Entre essas iniciativas, destacam-se: a matança no Rio de Janeiro, politicamente organizada para promover a pauta da segurança pública em um sentido punitivista, ao mesmo tempo em que se bloqueava no Congresso Nacional, uma proposta estratégica do governo Lula no combate ao crime organizado; a campanha de vitimização de Bolsonaro, combinada com a aprovação do PL da Dosimetria no Congresso Nacional; a reativação de mobilizações de rua, como a chamada Caminhada da Liberdade, promovida por Nikolas Ferreira, além de manifestações nacionais bolsonaristas, ainda que pouco massivas, convocadas ao longo deste ano.

8. A principal iniciativa, no entanto, fundamental para promover a unidade da extrema direita neoliberal e começar a organizar uma frente antiLula, foi a da candidatura de Flávio Bolsonaro. A sua rápida ocupação do potencial de voto bolsonarista em poucos meses se deve fundamentalmente à estrutura que já foi devidamente conceitualizada pela Ciência Política como um partido digital. Isto é, um partido que se organiza fundamentalmente através das redes controladas pelas grandes empresas que dominam as redes da internet.
9. Esse verdadeiro partido digital funciona sem regras de regulação democrática: faz propaganda fora do período eleitoral, conta com financiamento não submetido a controle, faz campanhas contínuas de *fake news* e de calúnias sem direito de resposta, atingindo dezenas de milhões de brasileiros.
10. Além de submeter a potencial candidatura Tarcísio à presidência e esvaziar as articulações por uma candidatura neoliberal não controlada pelo bolsonarismo, a afirmação da competitividade da candidatura de Flávio Bolsonaro à presidência é decisiva nos esforços de conter a fragmentação dos partidos do campo da extrema direita e direita, para organizar as candidaturas estaduais e para desencadear desde já a campanha antiLula no cenário nacional.
11. Paralelamente, e, em alguma medida, articulada com a afirmação da candidatura Flávio Bolsonaro, houve neste último período um nítido deslocamento do posicionamento das grandes empresas de mídia corporativa. De um posicionamento em geral desfavorável ao clã Bolsonaro e em favor de uma alternativa neoliberal considerada mais competitiva, esses grupos empresariais de mídia vieram cada vez mais nitidamente reorganizando seus posicionamentos editoriais, não apenas aprofundando o viés anti-Lula, mas sintonizando-se com agendas fundamentais do bolsonarismo como a deslegitimação do STF e a reconstituição da imagem de Flávio Bolsonaro como uma candidatura desradicalizada e compatível com as instituições democráticas. A disputa eleitoral se dará, portanto, com a conjugação em duas frentes dos poderes comunicativos das redes bolsonaristas e da grande mídia empresarial.

12. Uma terceira mudança resultante desta contraofensiva bolsonarista, foi a mudança de empoderamento no STF, claramente desfavorável à Alexandre Moraes e Toffoli, e que fortaleceu um ministro indicado por Bolsonaro, que concentra a direção do escândalo do Banco Master e do escândalo da Previdência. Em torno a este escândalo – e contra todas as informações já tornadas públicas – organizou-se uma campanha midiática de desgaste de personalidades vinculadas ao governo Lula, ao PT, inclusive envolvendo de forma manipulatória um filho do presidente Lula. Dois ministros do STF estarão na presidência e na vice-presidência do Tribunal Superior eleitoral nas eleições deste ano. Há aqui, portanto, também um deslocamento de poder do judiciário claramente desfavorável à luta contra a extrema-direita neoliberal.
13. Este conjunto de fatos recentes e em processo, que se chamou de a contraofensiva bolsonarista, não foi capaz de organizar uma perspectiva de vitória provável do bolsonarismo em 2026. Mas tem impacto negativo sobre o favoritismo da candidatura Lula e do campo antineoliberal.
14. Uma análise realista da situação deve reconhecer a indeterminação: o fundamental é não ceder aos juízos impressionistas (atribuindo a movimentos políticos eventuais uma capacidade de determinação geral que não têm) e muito menos às tentações especulativas (como fazem as pesquisas eleitorais que antecipam hoje o voto do eleitor até em um segundo turno, quando afirmam ao mesmo tempo que 40 % dos votos não têm preferência definitiva). O favoritismo da candidatura Lula, se bem temperado com avaliações realistas, continua: está ao dispor das forças políticas que mobilizam a vitória possível. Por isso, mais importante do que prever o futuro é decisivo definir claramente quais são os fatores em jogo que o determinam.

Um governo democrático e soberano antineoliberal

15. Os dois documentos programáticos direcionados ao 8º Congresso Nacional do PT – aquele que trata do programa histórico e estratégico do PT e o outro que trata das diretrizes do plano de governo da candidatura Lula – identificam nas

eleições de 2026 uma encruzilhada histórica que definirá o futuro do Brasil por um longo período. Esta afirmação tem três sentidos.

a. O primeiro deles é que não se pode normalizar a candidatura de Flávio Bolsonaro como parte de uma disputa no interior da democracia brasileira. O bolsonarismo já foi identificado pela maioria da população brasileira como em contradição aberta com os fundamentos da democracia e já foi condenado judicialmente como líder de uma tentativa de golpe violento contra a democracia. Sua eventual eleição teria possivelmente o efeito de desencadear sobre a democracia e a soberania do Estado brasileiro, ainda mais sob a vigência do governo Trump, um processo de destruição histórica irreparável.

b. O segundo sentido é que a candidatura de Lula a um quarto mandato não pode ser pensada como uma estratégia de mera continuidade de governo. O atual governo dedicou basicamente os seus dois primeiros anos a um trabalho básico de reconstrução dos fundamentos mínimos da democracia do país – desde as políticas públicas, ministérios extintos, orçamentos e controle da inflação – e teve a aplicação de seu programa eleito limitado por profundas restrições devido à degradação neoliberal do funcionamento do Congresso Nacional ao aprofundamento da financeirização da economia através do boicote ativo nos dois primeiros anos pelo presidente do Banco Central indicado por Bolsonaro e não revertido pelo seu sucessor, além da vigência de uma série de leis antitrabalhistas e antissindicais aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro e que não foram revertidas.

E consciência de que a candidatura de Lula em 2026 deve centralmente abraçar um futuro de transição para além do neoliberalismo dialoga também com a consciência atual dos brasileiros. Há uma consciência majoritária fortemente crítica ao atual sistema político e econômico, em seu conjunto, à sua não representatividade, aos seus privilégios e modos de funcionamento.

A própria avaliação do governo Lula que combina um importante reconhecimento e ao mesmo tempo um grau em igual ou mesmo maior de insatisfação não autoriza uma mensagem triunfalista de mera continuidade. A consciência das classes trabalhadoras seguramente reconhece uma melhoria

fundamental em relação ao governo Bolsonaro no que diz respeito aos carecimentos básicos, mas está ainda fortemente pressionada por restrições financeiras, empregos sem qualidade, jornadas longas e principalmente juros altos.

Assim, a defesa da democracia e da soberania nacional contra o bolsonarismo está no centro da disputa política, no sentido em que organiza a narrativa e o sentido da candidatura Lula. Esta defesa perde muito do seu poder de convencimento se não vem acompanhada, como propõem os dois documentos programáticos encaminhados ao Congresso do PT, de uma corajosa e incontornável mudança dos padrões neoliberais que regem o sistema político, a macroeconomia e limitam os direitos fundamentais das classes trabalhadoras e as políticas sociais, além do próprio desenvolvimento do país.

c. Assim, em terceiro lugar e em conclusão, é esta disputa central que definirá os rumos e o resultado da disputa com o bolsonarismo que será travada nos próximos meses. É ela que permite fixar na consciência dos brasileiros o bolsonarismo como uma regressão a um padrão de destruição dos mínimos fundamentos de civilização construídos na luta democrática nas últimas décadas e alentar a esperança de que um próximo governo Lula dará os primeiros passos fundamentais na superação do regime neoliberal de Estado ainda vigente.

Agendas centrais e prioritárias

16. A partir desta narrativa centrada na defesa da democracia e da soberania que, ao mesmo tempo, organiza uma campanha de forte esperança e afirmação no futuro e coloca em ponto morto e na defensiva o bolsonarismo, é possível elencar agendas centrais nestas eleições. Sempre em contraponto, elas concretizam este futuro que o quarto mandato de Lula deve se propor a construir, de forma corajosa e sustentável:

a. o compromisso na superação da jornada de trabalho 6x1, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário, enfrentando abertamente a resistência patronal e do bolsonarismo. É uma conquista

- histórica, fortemente popular já na consciência da maioria dos brasileiros, e que marca bem o caráter antitrabalhador do bolsonarismo.
- b.** a redução da taxa de juros no Brasil para um patamar histórico permanente compatível com o desenvolvimento econômico sustentável e com a universalização com qualidade das políticas sociais, através de uma reforma soberana e democrática do Banco Central, conjugada a uma política de valorização que estabeleça uma meta e um período para que o salário-mínimo seja suficiente para garantir uma vida digna para as famílias das classes trabalhadoras. É uma grande agenda que deve ser apresentada como fundamental de enfrentamento da desigualdade escandalosa no Brasil e de grande apelo popular. O compromisso em combater os juros altos integra também os interesses dos setores médios, na cidade e no campo, no setor de serviços hoje fortemente penalizados pelo rentismo. Esta agenda marca bem o apoio da grande finança e do agronegócio predador ao bolsonarismo e, ao mesmo tempo, permite um amplo diálogo com os setores econômicos, desde os anos noventa oprimidos pelo rentismo e pela especulação financeira.
 - c.** as políticas de combate ao feminicídio, ao estupro, e ao assédio às mulheres, bem como às pessoas LGBTQUI+. O pacto entre os três poderes da República, já firmado, deve ser liderado pela União, com orçamento e iniciativas públicas de educação, proteção e penalização que construam um outro cenário para o país. Esta é a principal agenda hoje da segurança pública que deve ser expandida pela proposta do governo de criar um Ministério e um sistema nacional de combate ao crime organizado. Esta proposta dialoga inclusive com uma posição ofensiva no caso Master que claramente vincule o bolsonarismo e seus apoiadores ao crime organizado e às milícias. O armamentismo promovido pelo bolsonarismo, seu culto à violência e ao machismo escancarado, deve ser claramente identificado como fatores decisivos do aumento da violência contra a mulher e as pessoas LGBTQUI+.
 - d.** as reformas no sistema político e combate às dimensões de seu funcionamento antidemocrático e antirrepublicano. Elas são fundamentais não apenas para construir um caminho antineoliberal –

este desde o início sempre fomentou as formas autocráticas de regime – como para desmascarar o bolsonarismo como antissistema. Na verdade, o PL e as forças que apoiam o bolsonarismo são a própria encarnação do sentido antidemocrático e antirrepublicano do sistema.

- e. um novo ciclo de industrialização do Brasil (a Nova Indústria Brasileira), apoiado nas novas tecnologias, orientado para áreas prioritárias e sintonizado com a proposta estratégica de transição ecológica. Ela pressupõe a construção de um Sistema Nacional de Inovação, e só pode ser possível com um amplo processo de desfinancerização da macroeconomia do país.
- f. a defesa de uma transição ecológica justa, popular e democrática, articulada à agenda aberta pela COP30 em Belém, com compromisso com a democratização energética, o trabalho decente, a proteção dos territórios, o enfrentamento ao racismo ambiental e a participação ativa das comunidades, dos movimentos sociais e das classes trabalhadoras nos processos decisórios.
- g. a absoluta necessidade de garantir investimento histórico em padrão superior da educação e da saúde pública, compatíveis à sua universalização com qualidade. Para isso, é preciso construir uma alternativa legitimada ao regime orçamentário restritivo do Novo Arcabouço Fiscal, aprovado em circunstâncias dramáticas do início do governo Lula e frente a um quadro de ameaça de colapso das contas públicas. Este novo regime fiscal deve conciliar a responsabilidade fiscal com os investimentos necessários ao futuro do país. Se não for alterado, ela imporá ao próximo governo inclusive a impossibilidade de cumprir os mínimos constitucionais de investimento na saúde e na educação. Deve-se defender que os investimentos na saúde e na educação pública são fundamentais às necessidades básicas e são direitos constitucionais do povo brasileiro e, por isso, não podem ser submetidos a este regramento inconstitucional.

A construção da unidade democrática e da mobilização nas ruas e nas redes

17. Esta narrativa e agenda devem orientar à construção de uma ampla frente das esquerdas e centro-esquerdas na luta contra o bolsonarismo, ao mesmo tempo que contribuem para a formação de uma nova legitimidade em torno de um projeto de transição para um Brasil pós-neoliberal. Essa perspectiva deve ser capaz de hegemonizar a necessária unidade, inclusive com setores conservadores que se desgarram do bolsonarismo.
18. Neste sentido, defendemos a proposta da criação de uma unidade nestas eleições das federações PT/PCdoB/PSB/PDT/PV com a Federação PSOL/Rede. Ela teve a importante defesa pela tendência Revolução Solidária nos debates do PSOL, ainda que não tenha obtido maioria. A luta pela unidade deve prosseguir, com a formação de um programa comum entre essas forças, que sirva de referência popular para a eleição de um Congresso Nacional comprometido com as causas populares e democráticas.
19. Essa agenda de lutas prioritárias deve se desdobrar em uma campanha nacional, organizada pelas Frentes, pelos movimentos sociais e partidos, capaz de ocupar as ruas e as redes nos meses que antecedem o período legal da disputa eleitoral. Frente a um poder comunicativo adverso, esta campanha nacional unificada é fundamental para disputar a narrativa e a agenda política do país, preparando a vitória histórica sobre o bolsonarismo nas eleições de 2026.

A luta democrática das classes trabalhadoras

20. As forças da esquerda brasileira nunca tiveram maioria no Congresso Nacional, mesmo estando governando o país pela quinta vez, para alterar o sistema político eleitoral de partidos e de eleições que foi legado pela transição negociada com a ditadura militar. Sem poder para alterar as regras da competição eleitoral e sem propor claramente a sua reforma, as esquerdas foram se conformando em uma medida importante às dinâmicas impostas para a formação de maiorias em um quadro que, além de refletir as profundas e estruturais desigualdades do poder econômico do capital, trazia graves distorções antidemocráticas e antirrepublicanas. O projeto de reforma política

do período Tarso Genro no Ministério da Justiça não foi assumido pelo governo, nem plenamente pelo PT. Hoje, o sentido é de agitar, propagandear, popularizar uma proposta inclusive e principalmente na próxima campanha eleitoral. As iniciativas de participação popular mais avançadas como as do orçamento participativo tornaram-se referenciais por um período no plano municipal. No plano nacional, as iniciativas das conferências temáticas e os conselhos de participação foram e têm sido importantes, em algumas áreas, no diálogo e abertura de espaços democráticos, mas não deliberativos. A proposta inovadora e importante dos Territórios da Cidadania não teve tempo e espaço político para se enraizar.

- 21.** O programa neoliberal que contou com maioria parlamentar articulada nos dois governos FHC e no período que vai do golpe contra o governo Dilma Rousseff até hoje só fez aprofundar, de modo qualitativo, o caráter antidemocrático e antirrepublicano das eleições e da representação parlamentar. O programa neoliberal traz em seu centro a construção de regimes de Estado autocráticos para atacar os direitos e as organizações das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que organiza as formas predatórias de acumulação capitalista através de circuitos financeiros e da captura dos orçamentos e bens públicos. Este é um fenômeno internacional que desestabiliza na atualidade as principais democracias liberais do mundo. No caso brasileiro, as marcas do aprofundamento do caráter antidemocrático e antirrepublicano do sistema de eleições, de partidos e de representação, estão hoje muito visíveis: a incidência exponenciada do poder econômico nas eleições, a prática nefasta das emendas parlamentares e da formação de verdadeiros currais eleitorais fisiológicos e corrompidos, a consequente captura da representação por lobbies inclusive de organizações criminosas, a degradação em nível máximo da representação parlamentar e do próprio sistema partidário.
- 22.** A importância central da luta democrática para as esquerdas foi atualizada pelo apoio majoritário da população à condenação dos golpistas e pela histórica manifestação do dia 21 de setembro de repúdio a uma proposta de proteção aos crimes cometidos por parlamentares. Uma revelou a defesa

majoritária do povo brasileiro à democracia; outra expressou o repúdio majoritário do povo brasileiro às deformações estruturais do sistema político. Em uma medida importante, a ascensão da extrema direita nos anos recentes — com lideranças apresentadas como de fora do sistema político e com partidos que se apresentam como renovadores — pode ser mesmo explicada por um voto antissistema farsescamente assumido.

23. As esquerdas brasileiras têm diante de si o desafio neste próximo período de aprofundar esta consciência democrática e responder a esta aspiração de uma mudança da estrutura antirrepublicana e antidemocrática do sistema político vigente. E, ao mesmo tempo, ligar esta perspectiva de atualização e aprofundamento da luta democrática a um novo ciclo de retomada dos direitos fundamentais das classes trabalhadoras, que só pode ser construído através do enfrentamento das estruturas do poder político da macroeconomia neoliberal e por novos fundamentos de uma outra política econômica. Pois é através principalmente da conquista de seus direitos que as classes trabalhadoras compreendem e ativam a sua consciência democrática. Há um fio vermelho que unifica estas três dimensões, que devem ser combinadas e se reforçarem mutuamente: o aprofundamento da luta democrática, a construção dos direitos das classes trabalhadoras e o enfrentamento dos impasses neoliberais estruturais a uma macroeconomia de sentido democrático-popular.

A frente única democrática antineoliberal e as alianças democráticas contra a extrema direita

24. É um programa democrático antineoliberal que é capaz de unir as três dimensões da luta contra a extrema direita: uma plataforma democrática e republicana de mudança do sistema político, a defesa em um sentido amplo e unitário dos direitos das classes trabalhadoras e o enfrentamento democrático das estruturas de poder que organizam a macroeconomia neoliberal. Ele constitui a base fundamental de referência para a formação de uma frente única das classes trabalhadoras, capaz de fazer frente à dispersão e fragmentação eleitoral, as divisões corporativas dos movimentos sociais e as tendências à fragmentação das esquerdas. E ao fatal processo de adaptação aos

condicionantes neoliberais da macroeconomia. Ele procura consolidar o governo Lula, partidos de esquerda e centro-esquerda e sua base social nos movimentos, na disputa da agenda política do país, aprofundando a estratégia política recém conquistada.

- 25.** Esta frente única programaticamente antineoliberal não se contrapõe, mas deve hegemonizar, no sentido de imprimir um sentido, às alianças democráticas com setores liberais contra a extrema direita neoliberal. Esta aliança com setores liberais do STF e da mídia empresarial foi decisiva no processo de julgamento e condenação do bolsonarismo. Vão no mesmo sentido, as alianças pontuais com lideranças e setores conservadores que não são orgânicos à extrema direita neoliberal.
- 26.** É preciso formar a consciência de que o desafio da unidade das esquerdas e centro-esquerdas em um sentido antineoliberal é um imperativo incontornável. Desde as eleições de 2018, que elegeu Bolsonaro, a extrema direita, organizada em um verdadeiro partido digital e com suas bases entre as classes populares, usufrui de uma vantagem política de centralização e unidade muito maior do que a de seus adversários históricos. Neste sentido, o grau de unidade das esquerdas impulsiona a sua capacidade de vitória e a própria mudança na correlação de forças.
- 27.** Passos importantes já foram dados nesta direção. A retomada da aliança entre a Frente Brasil Popular e a Frente Sem Medo tem sido um marco importante para a reconquista das mobilizações unificadas. A formação das federações, lideradas pelo PT e pelo PSOL, diminuiu o grau de dispersão eleitoral. O apoio, decidido pela maioria do PSOL, à candidatura unitária de Lula em 2026 foi um grande marco, rompendo com uma dinâmica de candidatura própria à presidente. A participação de Boulos, a principal liderança pública do PSOL, no centro do governo Lula, tem a potencialidade de aprofundar esta dinâmica unitária. A formação de um programa democrático comum contra o neoliberalismo, base de uma lista unitária de candidaturas contraposta de forma classista democrática aos candidatos da extrema direita, pode permitir um novo e histórico avanço na formação desta unidade.

- 28.** Desde 2010, quando decidiu em Congresso priorizar a aliança com o PMDB já em estado avançado de direitização — Temer foi o representante ungido como vice-presidente desta unidade —, colocando em segundo plano a aliança com o PSB, PDT e PCdoB, o PT se orientou para um marco de alianças difuso e conservador, em nome de uma pragmática eleitoral e da governabilidade. Este círculo vicioso de alianças conservadoras, que se reproduz na formação de bancadas majoritariamente conservadoras, congela o processo de mudanças na correlação de forças no plano institucional. Para vencer eleitoralmente de forma expressiva a extrema direita nas eleições presidenciais em 2026 e alterar a correlação de forças no Congresso Nacional, retirando da extrema direita neoliberal a sua supremacia, é preciso retomar uma dinâmica prioritária e fundamental com as forças de esquerda e centro-esquerda em um sentido programático.
- 29.** A eleição de um presidente comprometido com um programa democrático-popular deve se apresentar organicamente a uma frente de candidaturas ao Congresso Nacional, aos governos estaduais e Assembleias Legislativas, com uma coerência programática antineoliberal. Estes compromissos eleitorais unitários, apoiados em frentes dos movimentos sociais, deveriam ser publicamente apresentados como uma plataforma a ser cumprida pelos executivos e pelos mandatos parlamentares eleitos. Ela, ao mesmo tempo, serviria de denúncia democrática, republicana, soberana, classista, feminista, antirracista, antiLGBTQI+ e ecológica aos votos antipopulares da extrema direita no exercício de seus governos e mandatos parlamentares. Que as lideranças da extrema direita sejam desmascaradas e paguem pelos seus compromissos indefensáveis com as classes dominantes. O bolsonarismo está sendo derrotado em três identidades que construiu em sua ascensão: a de ser uma força antissistema político, a de ser patriota e de defender os interesses da maioria da população. É preciso aprofundar estas derrotas decisivas da extrema direita através da luta democrática e classista. Se as esquerdas e centro-esquerdas se apresentam fragmentadas e indiferenciadas do conservadorismo e da extrema direita, está ganhando o espaço político para se reciclar.

Por um sistema político democrático e republicano

- 30.** As três grandes propostas de mudança estrutural do sistema eleitoral e de representação vigente neste período são: a adoção do voto por listas partidárias com proporcionalidade nacional, representação paritária das mulheres e com quotas de representação étnica; a adoção do orçamento participativo nacional contraposto ao regime das emendas parlamentares; o fim dos privilégios parlamentares como, por exemplo, o regime especial de previdência, além de outros privilégios escandalosos. Estas propostas têm uma potência de serem majoritárias e legitimadas pela maioria da população brasileira. Mesmo que não tenham condições de serem adotadas no atual mandato de representação no Congresso Nacional, elas expressariam e dariam voz aos anseios populares de mudança do sistema, permitindo a farta demonstração que é a extrema direita neoliberal quem mais usufrui e abusa destas deformações do sistema político. Iniciativas mesmo que parciais podem ser desde já tomadas no sentido do orçamento participativo nacional. Ao mesmo tempo, elas criariam um acúmulo de representação e legitimidade para serem aprovadas, parcial ou de forma plena, no próximo mandato parlamentar.
- 31.** A defesa do voto em lista, agora atualizada pela defesa da representação paritária das mulheres e das quotas de representação étnica, além da superação da desigualdade da representação federativa, faz parte da cultura de formação do PT. Caso extremo de exceção entre democracias eleitorais de partidos no mundo, a adoção do voto personalizado no Brasil conduz a uma estrita privatização do mandato, que passa a ser associado a uma pessoa apenas mediado pela cultura partidária. Ela funciona como um mecanismo de forte erosão da identidade e organicidade dos partidos, despolitiza e confunde a escolha dos eleitores. Induz fortemente aos mandatos fisiológicos, inclinando a balança da representação para a direita e extrema direita. Funciona como uma barreira para a construção de bancadas majoritárias de esquerda e centro-esquerda. A defesa paritária da representação das mulheres e das quotas étnicas na representação, vinculadas a programas feministas e

antirracistas, encontra certamente um grande apoio nestes setores da população que já têm demonstrado uma maior resistência à extrema direita.

- 32.** Se o incremento do financiamento público das campanhas empodera os partidos, as emendas parlamentares compulsórias aprofundam o deslocamento do poder partidário para os mandatos parlamentares que, ao revés do regime de dinâmica presidencialista vigente, passam a decidir sobre uma parcela importante dos orçamentos públicos. Além de tornarem-se um conduto para a corrupção, para a formação de currais eleitorais e compra de votos, elas aprofundam a privatização dos mandatos. Os próprios partidos de esquerda passam a sofrer as consequências nefastas das emendas impositivas, aprofundando a desigualdade de acessos a poder e recursos. Voto nominal, emendas parlamentares e financiamento atual das campanhas liquidam com qualquer sistema partidário e com o atual regime presidencialista.
- 33.** A defesa de um orçamento participativo nacional, que consta do programa eleito nas eleições presidenciais de 2022, demanda todo um processo de implantação e aprendizagem institucional e participativa. Formaria um contraponto, a partir dos valores do socialismo democrático, ao processo espúrio e corruptor das emendas parlamentares compulsórias. A retomada de uma dinâmica participativa com centralidade no governo Lula é fundamental para a estratégia de impor uma derrota decisiva à extrema direita e para reativar os circuitos de auto-organização e deliberação das classes trabalhadoras.
- 34.** No processo de experiência da construção democrática brasileira após 1988, mantido o sistema eleitoral do regime militar, vieram se acumulando e naturalizando os privilégios de representação parlamentar e nos executivos. Hoje estes privilégios são a ponta mais visível de uma estrutura de representação anticidadã, que certamente é uma das dimensões mais críticas e vulneráveis de desconfiança dos brasileiros em relação ao sistema político. Tais privilégios abarcam também a magistratura judicial e as Forças Armadas. É inaceitável que parlamentares petistas não deem o exemplo para combater a Previdência especial dos parlamentares e outros setores privilegiados. Uma

ética socialista democrática deveria responder à vigência destes privilégios, com uma posição pública nítida e com atitudes e ações exemplares.

A luta democrática e os direitos das classes trabalhadoras

- 35.** São importantes e inegáveis os avanços do atual mandato Lula na retomada dos direitos dos trabalhadores e das políticas sociais. O desemprego aberto diminuiu, a inflação foi controlada, os indicadores sobre a renda média dos trabalhadores indicam recuperação, foi retomada a política de valorização do salário-mínimo mesmo em um padrão inferior aos mandatos anteriores. A retomada do Bolsa-Família, em valores muito superiores, foi decisiva para retirar o Brasil do Mapa da Fome e diminuir de forma significativa a pobreza extrema. Os investimentos em saúde e educação foram retomados, programas desarticulados foram reorganizados, inclusive com a inovação de novos programas como o Pé de Meia e o Programa Mais Especialidades. A Política Nacional de Cuidados, elaborada pelo governo e aprovada pelo Congresso coloca no centro do debate nacional a sobrecarga de trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres, e precisa ser concretizada nas diversas áreas das políticas sociais e econômicas. A recente aprovação da isenção de Imposto de Renda para os que ganham até 5 mil reais e a diminuição da alíquota para os que recebem até 7 mil reais tem um impacto importante para dezenas de milhões de trabalhadores.
- 36.** Mas é preciso reconhecer que os direitos das classes trabalhadoras e as próprias condições do mercado de trabalho continuam em um patamar mais desfavorável do que quando do fim do primeiro governo Dilma. Sem maioria parlamentar, as leis antitrabalhistas e redutoras dos direitos previdenciários aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro não foram revogadas. Não houve solução para a perda drástica dos recursos movimentados pelo movimento sindical brasileiro, que se encontra ainda com uma baixíssima taxa de sindicalização, em especial nos setores privados, embora tenha se observado uma pequena elevação nos dois últimos anos. A taxa de informalidade ou de precarização da População Economicamente Ativa continua bastante elevada,

em torno de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Dezenas de milhões de trabalhadores em regime precário não têm os mínimos direitos trabalhistas garantidos. O STF brasileiro continua aprovando no período jurisprudências que atingem profundamente as tradições do direito legislado e da Justiça do Trabalho. Ondas de privatização de empresas públicas por governos estaduais da extrema direita neoliberal ocorreram durante o período, apesar da forte resistência.

- 37.** Do ponto de vista do socialismo democrático, um novo ciclo de lutas pela democracia contra a extrema direita neoliberal deve se expressar e combinar-se com um novo ciclo de lutas pelos direitos das classes trabalhadoras. A diretriz de politizar a chamada “crise da sociedade do trabalho”, trazendo esta agenda para o centro do governo Lula, parte do diagnóstico de que as dimensões tecnológicas, sociais e culturais desta crise estão centralmente vinculadas à verdadeira guerra de saturação que os poderes autocráticos do neoliberalismo movem contra o mundo do trabalho. Não há saída para soluções corporativas: se o sindicato corporativo se atém aos direitos dos trabalhadores formalizados, seu poder de reivindicação fica enfraquecido; a luta pelos direitos dos trabalhadores precarizados não se resolve em uma regulação precária de seus direitos. É só no terreno da luta democrática classista, feminista e antirracista que a agenda neoliberal antitrabalhistas pode ser vencida.
- 38.** Nesse mesmo marco, a disputa em torno das formas de organização e representação da classe trabalhadora assume caráter estratégico. A desestruturação recente do sindicalismo brasileiro, aprofundada pelas reformas neoliberais e pela fragilização de seus mecanismos de financiamento, integra a ofensiva mais ampla contra o mundo do trabalho e limita a capacidade de organização coletiva.
- 39.** A recomposição dessa capacidade exige uma inflexão que recoloca no centro a valorização da negociação coletiva e a atualização das formas de organização sindical. Trata-se de criar, inclusive por meio de alterações na legislação, condições para que a negociação coletiva volte a cumprir um papel

estruturante na regulação do trabalho, ampliando direitos, enfrentando a precarização e incidindo na redistribuição da renda.

40. Ao mesmo tempo, é necessário enfrentar o bloqueio à autossustentação das entidades sindicais, criando bases para o exercício de sua autonomia política e organizativa. O fortalecimento da organização sindical e da negociação coletiva deve, assim, ser compreendido como dimensão constitutiva de um projeto democrático e antineoliberal, diretamente vinculada à capacidade da classe trabalhadora de intervir na disputa política mais geral.
41. Se o neoliberalismo fragmenta as classes trabalhadoras, os socialistas democráticos devem trabalhar com um conceito unitário das classes trabalhadoras, submetidas a várias modalidades de exploração e predação patriarcal e racista na sociedade neoliberal. O regime neoliberal de Estado, que organiza este capitalismo, pretende restaurar a época das jornadas selvagens de trabalho, de trabalho infantil, de servidão e trabalho escravo. Pretende tornar regra a precariedade dos direitos e o sindicalizado uma exceção. Este capitalismo, assim politicamente organizado pelo neoliberalismo, sequer garante o mínimo necessário à reprodução da força de trabalho para um contingente estrutural das classes trabalhadoras. Este conceito unitário das classes trabalhadoras é feminista e antirracista, porque integra as reivindicações próprias das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores não brancos, que compõem a sua maioria. Portanto, não aceita ao modo liberal, a separação entre a luta feminista e antirracista da luta histórica pelos direitos do trabalho em todas as suas dimensões. Não faz sentido também nesta perspectiva separar a luta dos trabalhadores do campo daquelas dos trabalhadores urbanos: a luta democrática deve unificá-las.
42. Um dos principais símbolos do governo Bolsonaro foi a extinção do Ministério do Trabalho. Ele foi retomado no governo Lula, mas esteve longe de ir ao centro da agenda. Em um contexto em que a própria indústria e comércio no Brasil são sufocados pela autocracia macroeconômica do capital financeiro, o governo Lula deveria ser mesmo concebido como um grande “Ministério do Trabalho”. A defesa decisiva do sindicalismo, da Justiça do Trabalho, das

conquistas históricas do direito do trabalho, sua atualização de um ponto de vista feminista e antirracista, dos direitos públicos da saúde e da educação, da aposentadora digna contrapõem à barbárie neoliberal da apologia do capital. Definitivamente não se trata de negociar com a barbárie antitrabalhador do neoliberalismo, mas de confrontá-la aberta e didaticamente. Não há agenda mais popular e mais importante do que esta. E não há liderança histórica com maior capacidade e legitimidade para liderá-la que aquela do próprio presidente Lula.

- 43.** A grande lição da reivindicação da superação da jornada 6x1, com a redução da jornada de trabalho e sem redução salarial, é que há um enorme espaço para a luta pública e democrática contra a barbárie do capital explorador e predador do trabalho. É preciso unificar uma proposta alternativa por meio do diálogo e da construção de convergência entre as várias formulações existentes. Nesta mesma perspectiva, a luta pela tarifa zero no transporte público deve ser incorporada como uma agenda estratégica das classes trabalhadoras, pois, além de aliviar o orçamento das famílias trabalhadoras, pode dinamizar a economia local, ampliar o acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer, e deve ser compreendida como parte de um programa democrático, antineoliberal e de garantia do direito à cidade. Assim como a tarifa zero expressa a necessidade de ampliar direitos sociais e reduzir os custos da reprodução da vida, a defesa da organização coletiva do trabalho é condição fundamental para enfrentar a precarização e disputar os rumos da democracia. Por isso, uma campanha pública de/em defesa dos sindicatos, como instituições-chave da democracia, e do direito dos trabalhadores a se sindicalizarem, com propostas de fortalecimento da negociação sindical e dos contratos coletivos, deve ganhar centralidade.
- 44.** Se hoje 49,1% dos domicílios brasileiros são sustentados por mulheres trabalhadoras, as ações de socialização do cuidado, no escopo da Política Nacional de Cuidado, são fundamentais para o enfrentamento das desigualdades. Isso exige políticas públicas de cuidado com os idosos, a universalização do acesso a creches públicas e educação básica de qualidade em período integral, além da ampliação do acesso e garantia à alimentação

adequada e de qualidade. É preciso, ainda, dar à política de recuperação do salário-mínimo, cujo poder de compra foi reduzido durante os governos Temer e Bolsonaro, uma consistência mais robusta de recuperação e elevação de seu poder de compra. Trata-se de um princípio constitucional fundamental – o de garantir a vida digna a todos os cidadãos e cidadãs – que não pode se submeter aos ditames de um arrocho fiscal. É também desafio de o governo construir uma política não apenas de ampliação da oferta de emprego, mas de qualificação do trabalho, na qual a expansão dos serviços públicos na educação, na saúde, na assistência e na mobilidade urbana cumpra papel estratégico

45. O neoliberalismo, ao mesmo tempo que impõe as condições mais precarizadas possíveis para a maioria da população engajada no trabalho produtivo, aprofunda as dificuldades da classe trabalhadora de reproduzir a vida, retira sua capacidade de garantir as condições do bem-viver – tempo e meios de cuidado das pessoas, alimentação sadia, formas de lazer e descanso, contato com a natureza etc. As jornadas de trabalho exaustivas, combinadas com o avanço da superexploração, impõe formas de adoecimento físico e psíquico das trabalhadoras e trabalhadores.

As mulheres estão no centro desses dilemas, por serem majoritariamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo. A produção e reprodução da vida não se faz sem essas duas dinâmicas que são, a rigor, uma mesma dimensão da vida. As mulheres arcam com uma carga excessiva de trabalho de cuidados, sem compartilhamento adequado com os homens nos domicílios e núcleos familiares, sem oferta suficiente de serviços públicos e, em sua imensa maioria, sem condições de ter acesso a serviços oferecidos de forma privada no mercado. A jornada de trabalho 6x1 é dramática, especialmente para as mulheres, já sobrecarregadas pelo exercício do cuidado sem descanso. Um programa socialista e democrático deve propor uma reorganização radical das responsabilidades pelo cuidado, garantindo formas coletivas e públicas de enfrentamento dos dilemas, reforçando a participação de toda a sociedade e reconstruindo os laços sociais necessários, muito além do lócus da família.

A Política Nacional de Cuidados, aprovada em 2024, que se desdobra no Plano Nacional de Cuidados, aprovado em 2025, deve estar no centro das prioridades políticas e orçamentárias no próximo ciclo. As iniciativas das políticas de atenção à população idosa e pessoas com deficiência, uma expansão consistente das políticas integrais de educação e atenção às crianças e jovens, com real universalização das creches e educação em período integral, com políticas de alimentação na rede de serviços públicos, nas cozinhas solidárias e restaurantes populares, a instalação de lavanderias públicas, entre outros programas. Esse conjunto de ações deve conformar uma nova condição de socialização dos cuidados nos municípios brasileiros. Tais políticas só serão eficazes com uma garantia de orçamento e alteração de perspectiva no gasto público, em que o cuidado passe a ser um centro dinamizador das políticas públicas.

46. A crise ecológica brasileira expressa outra dimensão decisiva da exploração capitalista contemporânea: a apropriação predatória dos bens naturais, dos territórios e do trabalho. A expansão de fronteiras extrativas sobre os principais biomas — Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa —, impulsionada pelo agronegócio intensivo, pela mineração, pelas grandes obras de infraestrutura e pela financeirização da terra, tem provocado desmatamento, contaminação de águas e solos, perda de biodiversidade e destruição de modos de vida, configurando um processo de colapso socioambiental em múltiplos territórios. Depois de anos de negacionismo da agenda climática durante o governo Bolsonaro, marcados pelo aumento da violência contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, pelo avanço do desmatamento e pela destruição de políticas ambientais, a eleição de Lula recolocou o tema ambiental como uma das prioridades do governo, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A realização da COP30 em Belém expressou esse novo momento, com o reconhecimento da crise climática, o compromisso brasileiro com a agenda ambiental e a convocação à participação social.
47. A COP30 foi acompanhada por forte mobilização social, especialmente por meio da Cúpula dos Povos, com protagonismo dos movimentos da região

Norte, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais. Embora os resultados oficiais tenham sido menos ambiciosos do que o necessário, o protagonismo brasileiro e a ação dos movimentos contribuíram para a aprovação do “Mecanismo de Ação de Belém”, voltado à Transição Justa, e para a renovação do Plano de Gênero. No cenário nacional, apesar da queda nos índices de desmatamento, persistem contradições importantes, como a atuação da bancada ruralista pela flexibilização ambiental, a violência contra povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e a desigualdade entre os recursos destinados ao agronegócio e à agricultura familiar. A expansão da energia solar e eólica no Norte e no Nordeste revela, ainda, os limites de uma transição energética conduzida pela lógica do mercado, sem garantia de direitos, participação social e trabalho decente. Essas contradições demonstram que a crise ecológica não é apenas ambiental ou econômica, mas também social, territorial e sanitária, pois seus efeitos recaem de forma desigual sobre os corpos, os territórios e as condições de vida das populações mais vulnerabilizadas.

- 48.** Neste cenário, a determinação socioambiental da saúde evidencia como as formas de apropriação da natureza, a organização do trabalho e as desigualdades estruturais produzem padrões de adoecimento e morte. A exposição a agrotóxicos, metais pesados e poeiras minerais, a insegurança hídrica e alimentar, os eventos climáticos extremos e a precarização das condições de trabalho ampliam doenças respiratórias, cânceres, agravos crônicos, intoxicações e sofrimento mental. Esses processos atingem de forma desproporcional povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, populações rurais e periféricas, evidenciando a articulação entre injustiça ambiental, racismo ambiental e iniquidades em saúde.
- 49.** Diante desse panorama, a luta democrática em saúde exige a contínua defesa da Reforma Sanitária Brasileira e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, sob gestão pública, com a garantia da universalidade e da integralidade do cuidado em todos os níveis de atenção, assegurando seu caráter resolutivo e humanizado. Na integralidade do cuidado ressaltamos que devemos nos esforçar para implantação, manutenção e financiamento para equipes de

saúde da família e equipes e-multi completas. Na Política de Saúde Mental, defendemos o cuidado em liberdade, sem manicômios ou comunidades terapêuticas. Nossa proposta requer, ainda, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras por meio da criação de processos para instituição de uma carreira no SUS, bem como o respeito à participação e à soberania popular. Em relação ao financiamento, além de manter o piso constitucional de 15% das receitas correntes líquidas, é importante a luta para manter saúde fora do piso constitucional e para a inversão de gastos públicos e privados, de forma gradativa, até alcançarmos os 6% do PIB para o SUS público.

50. Implica, também, a defesa dos direitos territoriais, da agroecologia, da regulação ambiental, da proteção do trabalho e dos bens comuns, no horizonte de uma transição ecológica socialmente justa. À Saúde Coletiva cabe um papel estratégico na produção de conhecimento crítico e na articulação com movimentos sociais, contribuindo para a construção de alternativas que afirmem a justiça socioambiental, a soberania dos territórios e a centralidade da vida como fundamentos de um projeto democrático para o país.
51. É esta ofensiva mais ampla e geral em defesa dos direitos do trabalho que permitirá as melhores condições para o enfrentamento das novas classes trabalhadoras de plataforma, submetidos a regimes precários de contratação. O mercado neoliberal de trabalho precário só pode impor suas condições frente a uma degradação geral do mercado de trabalho. A campanha contra a CLT e em favor do “empreendedorismo” e do “capital humano” têm aí suas raízes. É através do paradigma, do direito, do trabalho e do sindicato, da Justiça do Trabalho e dos direitos públicos, que este capital predador tem de ser enfrentado e vencido através da afirmação dos direitos fundamentais de quem trabalha.

A dupla crise do capitalismo neoliberal e da hegemonia do imperialismo estadunidense

52. Em um momento que o mundo vive a dupla crise do capitalismo neoliberal e da hegemonia do imperialismo estadunidense manifestam-se reações

unilaterais e de guerra do governo Trump buscando recuperar poder geopolítico e econômico.

53. Para isto, os Estados Unidos violam o direito internacional, impõem aos países taxas e sobretaxas no comércio internacional, usa o cerco econômico e o poder militar invadindo e sequestrando o presidente da Venezuela, estabelecendo um bloqueio naval, econômico e assume o controle do petróleo. Ameaça Cuba com invasão militar e aumenta o bloqueio econômico e energético, proibindo a comercialização do petróleo com a Ilha caribenha com novas ameaças de retaliação. Juntamente com Israel, os Estados Unidos, depois do genocídio em Gaza, iniciam uma nova guerra contra o Irã, provocando uma crise econômica, energética e colocando o mundo à beira de uma guerra mundial. Ao mesmo tempo, como consequência da crise econômica, social e política da democracia liberal, aumentam as desigualdades, a precarização das relações do trabalho e da vida na sociedade capitalista em escala mundial. Isto leva as elites econômicas e políticas a assumirem formas renovadas de fascismo, combinando neoliberalismo radical, autoritarismo político, violência social e ataque sistemático a direitos.

54. Nesta conjuntura internacional, o PT e o Governo do Presidente Lula defendem um mundo multipolar, respeitando a soberania de todas as nações do mundo. Não aceitamos taxas e sobretaxas no comércio internacional, os bloqueios econômicos e agressões militares do governo Trump e do imperialismo norte americano, violando à autodeterminação dos povos e a paz mundial. Neste sentido:

- a.** nosso governo enfrentou o tarifaço de Trump sobre o Brasil;
- b.** condenamos o sequestro do Presidente Maduro e o bloqueio do comércio do petróleo da Venezuela com outros países;
- c.** condenamos o criminoso bloqueio econômico e energético dos Estados Unidos sobre Cuba
- d.** manifestamos nosso apoio e solidariedade ao povo e ao governo cubano e chamamos os povos e governos do mundo a se unirem por Cuba neste difícil momento que o país atravessa, como um sinal de

reciprocidade por todas as vezes que cubanas e cubanos se dispuseram a vir a nossos países em nome da solidariedade entre os povos;

- e. condenamos a agressão militar genocida do governo de Israel em Gaza e manifestamos nosso apoio e solidariedade ao povo palestino;
- f. condenamos e exigimos que os Estados Unidos e Israel cessem a criminosa agressão contra o Irã, com absurdas perdas humanas e materiais além de intensificar a crise econômica.

Elementos para uma economia política pós-neoliberal

55. O capitalismo neoliberal foi fruto da vitória política de forças políticas mais conservadoras nos países centrais do capitalismo nos anos 80 do século XX com um programa de ataque às conquistas das classes trabalhadoras e de máxima liberação dos mercados para os capitais, especialmente ao capital financeiro. A financeirização estruturante do capitalismo neoliberal levou à combinação perversa entre baixo crescimento econômico e forte concentração de renda. Uma consequência direta dessas duas tendências é a corrida pela apropriação dos recursos públicos pelo capital financeiro, especialmente (mas não só) através da taxa de juros e de políticas de austeridade.

O neoliberalismo desenvolveu — e sua crise agudizou — tendências que, conjugadas, constituem um dramático choque destrutivo das conquistas civilizatórias da humanidade.

56. Quatro movimentos reacionários fundamentais foram realizados: ataques sem precedentes aos salários e aos direitos das classes trabalhadoras; elevação dos juros e desregulação dos fluxos financeiros com privatização da gestão das instituições reguladoras como o Banco Central; globalização para o capital em detrimento da soberania dos países mais pobres; privatizações, regressividade tributária e austeridade fiscal.

57. As grandes crises do capitalismo neoliberal e as enormes resistências sociais abriram caminho para vitórias democráticas e populares que redundaram, em muitos casos, em conquistas de governos nacionais. Dentre essas vitórias

antineoliberais figura o Brasil com o Partido dos Trabalhadores, uma das mais importantes experiências em curso no mundo.

- 58.** Um dos principais ensinamentos da nossa vitória é que é preciso um programa para superar o neoliberalismo. Mais ainda, há uma dimensão especificamente econômica desse programa que precisa ser desenvolvida. Vale dizer, a vitória política deve abrir caminho a transformações institucionais e na dinâmica econômica que se iniciam no plano nacional e devem completar-se no âmbito internacional. Para superar o neoliberalismo não se pode conciliar com suas características fundamentais e, naturalmente, com as classes que as impulsionam.
- 59.** À luz da nossa experiência podemos assinalar quatro elementos para compor um programa mais amplo de superação do neoliberalismo:
- a.** a soberania popular sobre o Banco Central: o fato de termos sido derrotados em um legislativo conservador com a mal-intencionada “autonomia” não implica em mudar nossa posição sobre o Banco Central como parte das instituições do poder executivo. Sua recomposição republicana e seu papel econômico são essenciais para o desenvolvimento, fundamentais para desarmar modelos de decisão da taxa de juros que os levam a patamar altíssimo e em efetiva perda de autonomia — favorecendo o capital financeiro — sobre a gestão da moeda, da dívida pública e do câmbio. Esse posicionamento é condição decisiva para a desfinancerização e, assim, abrir um ciclo de desenvolvimento vigoroso e prolongado;
 - b.** recompor os direitos das classes trabalhadoras em um processo de alcançar o pleno emprego, inteiramente relacionado ao parágrafo anterior. Tornar o salário-mínimo instrumento ativo de distribuição de renda, sem subordiná-lo a restrições do arcabouço fiscal. A aposentadoria e seguridade social devem acompanhar o movimento multiplicador do salário-mínimo. Especial importância tem o SUS com garantia dos pisos constitucionais. Alçar a educação em investimento impulsionador do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico, nos

termos sugeridos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável em seus *Pilares de um Projeto de Nação*: “retirar o orçamento previsto para a Educação do arcabouço fiscal com vista a acelerar o processo educacional nacional”. Esse processo como um todo terá efeito dinamizador do mercado interno, um dos vetores fundamentais do desenvolvimento brasileiro. Portanto, é necessário alterar o arcabouço fiscal, retirando do teto de gastos as despesas em saúde, educação e investimentos e aquelas vinculadas ao aumento do salário-mínimo;

- c. progressividade tributária, retomada da capacidade de financiamento e planejamento de longo prazo do Estado. Isso implica em investimento público crescente e capaz de direcionar os rumos do desenvolvimento com distribuição de renda, bem-estar social, sustentabilidade, política industrial ativa, visando taxas significativas de crescimento. Orçamentos públicos recuperados frente à carga abusiva dos juros — o que também depende de condução soberana do BCB —, democratizados, transparentes, com participação social e sob responsabilidade constitucional do poder executivo, naturalmente, com aprovação legislativa (sem prática negativa de emendas parlamentares que esvaziam o poder executivo sobre parcelas expressivas do orçamento). Essa diretriz geral implica também em um balanço crítico e propositivo do gasto e do investimento públicos desde o ponto de vista do desenvolvimento, incluindo o arcabouço fiscal;
- d. alianças internacionais e regionais como a dos Brics e Celac, imposto sobre grandes fortunas em âmbito mundial, construção de processos multilaterais de fluxos financeiros e comerciais com soberania e proteção aos países mais pobres. Trata-se de abrir uma grande iniciativa em prol de novos marcos internacionais civilizatórios face à crise das instituições dos pós 2ª guerra (Bretton Woods) e a ameaça do “estado de natureza” a golpes da doutrina “donroe”.

60. Se não confrontado por governos de base popular, o mercado financeiro atua para impor políticas de austeridade e para dominar as decisões monetárias e cambiais do país. E pode derrubar governos democraticamente eleitos.

61. O programa partidário precisa preservar a independência do Partido dos Trabalhadores na tarefa prioritária de superação do neoliberalismo, sem a qual o futuro da democracia corre grande risco.
62. A perspectiva do socialismo democrático como horizonte concreto depende de vencermos essa batalha decisiva. Devemos prosseguir esse debate e acompanhar novas elaborações no Brasil e no mundo sobre alternativas ao neoliberalismo.

Síntese programática e as tarefas do próximo período

63. Temos boas razões para dialogar com as teses apresentadas ao debate partidário sobre Programa, Tática e Plataforma de Governo. Em seu conjunto, elas representam um avanço em relação aos dois últimos processos amplos de debate, o 7º Congresso, em 2019, e o 17º Encontro Nacional, em 2025). Contribuímos para sua elaboração, que se deu em ambiente plural e disposto a sínteses, qualidades que valorizamos e que estavam em desuso. Podemos destacar os seguintes avanços nestas teses:
 - a. a proposta de qualificar a crise da globalização neoliberal como crise do neoliberalismo e compreender os espaços para a esquerda disputar alternativas pós-neoliberais;
 - b. a compreensão, em grande medida autocrítica, dos limites que tem se colocado nas experiências de superação do neoliberalismo, que têm permanecido incompletas ou interrompidas;
 - c. o reconhecimento de que as raízes políticas e econômicas da financeirização, estruturantes do modo de regulação neoliberal, precisam ser enfrentadas e vencidas para viabilizar processos mais consistentes de alternativas pós-neoliberais;
 - d. a percepção de que a crise do neoliberalismo, ao mesmo tempo que abre espaço para disputa de alternativas de esquerda, também abre flancos para a extrema direita com tendências autocráticas e neofascistas, em um contexto de regressão econômica e agravamento da crise ecológica;

- e. a afirmação que a luta pela radicalização da democracia e pela soberania popular é inseparável da luta pela superação do neoliberalismo;
 - f. no plano nacional, a necessidade de recuperar a soberania popular sobre as instituições econômicas, em especial o Banco Central, e reformar as instituições representativas ampliando o espaço de participação popular, enfrentando o sistema econômico financeirizado e o sistema político oligárquico;
 - g. a compreensão que a globalização neoliberal vem sendo combinada com a ação militar do principal Estado imperialista, que galvaniza as extremas direitas em escala mundial, o que recoloca no centro da conjuntura, a defesa da soberania nacional e a construção e o fortalecimento de alianças internacionais capazes de se contrapor ao imperialismo.
64. Devemos, portanto, defender as três teses políticas — programa partidário, diretrizes de programa de governo e conjuntura e tática — apresentadas ao Congresso, ao mesmo tempo em que buscamos aprimorá-las. Simultaneamente, cabe a nós desenvolver nossa elaboração enquanto corrente programática, contribuindo para a formulação de novos passos estratégicos que podem ser abertos a partir do 8º Congresso do PT e da dinâmica da luta de classes no Brasil e no mundo. Essa é a função principal da XIV Conferência Nacional da Democracia Socialista.

Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Maior, 2026.